

SEXUALIDADE E HOMOSSEXUALIDADE NO CONTEXTO ESCOLAR

XIMENES, Rômulo Ramos ¹

SILVA, Franciemeire Oliveira da ²

Zila Letícia Goulart Pereira Rêgo(Orientadora) ³

PALAVRAS-CHAVE

Sexualidade. Homossexualidade. Contexto escolar.

INTRODUÇÃO

O presente estudo tem por objetivo, discutir e expor as regulamentações sobre a questão da sexualidade e da homossexualidade nas escolas e como acontecem, e se de fato isso acontece como é orientado. Em nenhum momento nossa intenção é julgar ou criticar qualquer que seja a ação exercida na atual conjuntura, mas sim apontar o que está acontecendo e sugerir melhorias sobre a mesma.

1 PROGRAMA INSTITUCIONAL DE BOLSAS DE INICIAÇÃO À DOCÊNCIA – PIBID

Tivemos oportunidade de ingressar em Julho de 2011 no subprojeto Letras/PIBID 2011, que propõe a debruçar-se sobre um aspecto específico da formação em Letras, que é a Educação Literária. A proposta do subprojeto é promover o letramento literário no ensino fundamental através do contato do sujeito, nesse caso os alunos, com diferentes formas de expressão artística e cultural. As ações deste projeto, e mais especificamente no nosso caso, se dão na Escola Municipal de Ensino Fundamental Dr. João Severiano da Fonseca e tem como supervisora a professora Miriam Barreto El Ur da disciplina de português.

2 INSERÇÃO NA ESCOLA

A Escola Municipal de Ensino Fundamental Dr. João Severiano da Fonseca, localiza-se à Rua Nice Nochi no. 398 do bairro Castro Alves, da cidade de Bagé no interior do Rio Grande do Sul. Ela foi criada em 27 de maio de 1960, possui 551 alunos divididos em 03 turnos, 41 professores e 15 funcionários. A diretora é a Sra.

¹ Discente do 4º semestre do Curso de Letras da Universidade Federal do Pampa. ² Discente do 4º semestre do Curso de Letras da Universidade Federal do Pampa. ³ Professora Doutora do Curso de Letras da Universidade Federal do Pampa

Nadia Martins Netto, a orientadora é a Sra. Carusa Barcellos Pereira, e o supervisor é o Sr. César José Torres dos Santos

Num primeiro momento estivemos na escola para fazer uma pesquisa e nos inteirar sobre como os alunos, o corpo de professores e a comunidade onde a escola está inserida, lidava com a questão da leitura, se existia esse hábito ou não e qual a visão que todos tinham do que era ler, ou que tipo de leitura faziam, caso se declarassem leitores.

Durante essa pesquisa percebemos na escola uma realidade semelhante a muitas outras escolas, a falta de orientação dos alunos para questões como sexualidade e homossexualidade. Daí surgiu nossa preocupação em abordar esse tema que está sempre presente no seio das escolas brasileiras e, como não podia deixar de ser, na que atuamos como bolsistas.

3 AS REGULAMENTAÇÕES

3.1 DELARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS

Os direitos humanos, documento declarado pela Organização das Nações Unidas (ONU), nada mais é que o direito de liberdade básica que todo ser humano possui. Esse direito é ligado à liberdade de pensamento e expressão, e a igualdade de todos perante as leis. O documento afirma:

Artigo I - Todas as pessoas nascem livres e iguais em dignidade e direitos. São dotadas de razão e consciência e devem agir em relação umas às outras com espírito de fraternidade.

Artigo II - Toda pessoa tem capacidade para gozar os direitos e as liberdades estabelecidas nesta Declaração, sem distinção de qualquer espécie, seja de raça, cor, sexo, língua, religião, opinião política ou de outra natureza, origem nacional ou social, riqueza, nascimento, ou qualquer outra condição.

Artigo VI - Toda pessoa tem o direito de ser, em todos os lugares, reconhecida como pessoa perante a lei.

Artigo VII - Todos são iguais perante a lei e têm direito, sem qualquer distinção, a igual proteção da lei. Todos têm direito a igual proteção contra qualquer discriminação que viole a presente Declaração e contra qualquer incitamento a tal discriminação. (DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS, 1948)

Tendo isso como verdade, partimos do pressuposto que não deve haver diferenciação e acepção de pessoas em nenhum tipo de lugar, porém não é isso o que vemos diariamente na mídia, nas ruas, nos ambientes públicos e principalmente nas escolas. No artigo XXVI do mesmo documento, tomamos ciência do que deve ocorrer nas escolas e como essa igualdade deve acontecer.

Artigo XXVI

1.Toda pessoa tem direito à instrução. A instrução será gratuita, pelo menos nos graus elementares e fundamentais. A instrução elementar será obrigatória. A instrução técnico-profissional será acessível a todos, bem como a instrução superior, esta baseada no mérito.

2.A instrução será orientada no sentido do pleno desenvolvimento da personalidade humana e do fortalecimento do respeito pelos direitos humanos e pelas liberdades fundamentais. A instrução promoverá a compreensão, a tolerância e a amizade entre todas as nações e grupos raciais ou religiosos, e coadjuvará as atividades das Nações Unidas em prol da manutenção da paz.

3.Os pais têm prioridade de direito na escolha do gênero de instrução que será ministrada a seus filhos. (IDEM,1948)

Essa proposta é o que vai sustentar os demais documentos que serão apresentados a seguir. Tanto o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), quanto Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), bebem dessa mesma fonte no que diz respeito à educação e ao comportamento dos educadores perante os alunos em nosso país.

3.2 ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) é um conjunto de normas de ordem jurídicas que tem com objetivo fundamental, amparar e proteger as crianças e os adolescentes de forma integral. Esse documento é regulamentado pelo artigo 227 da Constituição Federal e é inspirado em sua grande parte nos Direitos Humanos da ONU, e em especial, na Declaração dos Direitos da Criança, nos "Princípios das Nações Unidas para a prevenção da delinqüência juvenil", nas "Regras Mínimas das Nações Unidas para a Administração da Justiça Juvenil" e "Regras das Nações Unidas para proteção de menores privados de liberdade"

Serão destacados alguns trechos do estatuto para evidenciar quais as intenções do mesmo em relação à educação e a forma como as crianças e os adolescentes deve ser tratados. No capítulo II Do Direito à Liberdade, ao Respeito e à Dignidade vemos que:

Art. 15. A criança e o adolescente têm direito à liberdade, ao respeito e à dignidade como pessoas humanas em processo de desenvolvimento e como sujeitos de direitos civis, humanos e sociais garantidos na Constituição e nas leis.

Art. 16. O direito à liberdade compreende os seguintes aspectos:

I - ir, vir e estar nos logradouros públicos e espaços comunitários, ressalvadas as restrições legais;

II - opinião e expressão;

III - crença e culto religioso;

IV - brincar, praticar esportes e divertir-se;

V - participar da vida familiar e comunitária, sem discriminação;

VI - participar da vida política, na forma da lei;

VII - buscar refúgio, auxílio e orientação.

Art. 17. O direito ao respeito consiste na inviolabilidade da integridade física, psíquica e moral da criança e do adolescente, abrangendo a preservação da imagem, da identidade, da autonomia, dos valores, idéias e crenças, dos espaços e objetos pessoais.

Art. 18. É dever de todos velar pela dignidade da criança e do adolescente, pondo-os a salvo de qualquer tratamento desumano, violento, aterrorizante, vexatório ou constrangedor. (ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, 1990)

Logo a diante veremos no capítulo “IV Do Direito à Educação, à Cultura, ao Esporte e ao Lazer”, onde a educação é o objetivo geral de discussão desse estudo, notaremos claramente que não há menção de como o tema da sexualidade deverá ser aplicado e nem mesmo se esse tema deverá fazer parte desse meio, muito menos quando se diz em identidade sexual.

Art. 54. É dever do Estado assegurar à criança e ao adolescente:
§ 3º Compete ao poder público recensear os educandos no ensino fundamental, fazer-lhes a chamada e zelar, junto aos pais ou responsável pela frequência à escola.

Se analisarmos o documento como um todo e dermos atenção especial aos artigos aqui destacados, e principalmente ao último, Art. 54, vemos que o mesmo deixa o educador com pés e mão atadas, sem saída para abordar um tema como a homossexualidade em sala de aula.

Como prevenir a evasão escolar se a insatisfação com os colegas e professores, a incompreensão da família e da comunidade escolar, a discriminação, os abusos, e ainda pior: a violência, são fatores bastante influenciáveis para que o aluno se desmotive, passe a ter baixo rendimento escolar e por conseqüente abandone de vez as suas atividades? Esse é um questionamento bem importante e que nos fez ver nos PCNs talvez uma possibilidade de driblar esse impasse.

3.3 PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS

Os parâmetros curriculares nacionais são diretrizes elaboradas pelo Governo Federal que orientam a educação no Brasil e são separados por disciplinas. Além da rede pública, a rede privada de ensino também adota os parâmetros, porém sem caráter obrigatório.

Em seus conteúdos os PCNs contam com orientações para o educador, e mostra como ele deve lidar e se portar em diversos assuntos dentro de sua área de atuação. Um dos temas abordados é o da sexualidade, tema esse que será alvo de nossa análise e considerações, mais especificamente nos PCNs de 5ª a 8ª séries do ensino fundamental. O volume que aborda esse tema é o de Temas Transversais, de volume número 10. Diz ele:

“A sexualidade forma parte integral da personalidade de cada um. É uma necessidade básica e um aspecto do ser humano que não pode ser separado de outros aspectos da vida...” (PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS, VOL.10, 1998 P. 295)

Diz ainda que o professor é o responsável pela desmistificação de vários tabus na escola, mas o problema está em como isso deve se dar, como irá acontecer e como o próprio professor irá se comportar, pois são fatores de extrema importância. Os PCNs esclarecem:

“... Assim, como indicam inúmeras experiências pedagógicas, a abordagem da sexualidade no âmbito da educação precisa ser clara, para que seja tratada de forma simples e direta...”

... Será por meio do diálogo, da reflexão e da possibilidade de reconstruir as informações, pautando-se sempre pelo respeito a si próprio e ao outro, que o aluno conseguirá transformar, ou reafirmar, concepções e princípios, construindo de maneira significativa seu próprio código de valores. “(Idem, P.307)

Nos PCNs é recomendado ainda que se trate de assuntos polêmicos, mas na realidade escolar isso não acontece de fato, os assuntos muitas vezes são mascarados ou nem se quer são mencionados. Há a “política do que eu não vejo ou não ouço, não sou obrigado a lidar”, é dessa forma que os fatos são encarados em grande parte do universo escolar.

Questões como mães de aluguel, hermafroditismo, transexualismo, novas tecnologias reprodutivas, por exemplo, são trazidas por meio da veiculação pela mídia, aparecendo então como demanda efetiva de conhecimento e debate. (Idem, P.315)

O trabalho com Orientação Sexual supõe refletir sobre e se contrapor aos estereótipos de gênero, raça, nacionalidade, cultura e classe social ligados à sexualidade. Implica, portanto, colocar-se contra as discriminações associadas a expressões da sexualidade, como a atração homo ou bissexual, e aos profissionais do sexo. (Idem, P.316)

O conceito de gênero diz respeito ao conjunto das representações sociais e culturais construídas a partir da diferença biológica dos sexos. Enquanto o sexo diz respeito ao atributo anatômico, no conceito de gênero toma-se o desenvolvimento das noções de “masculino” e “feminino” como construção social. (Idem, P.321)

O professor deve, portanto ficar atento, pois ele tem o poder de alterar esse quadro contra todo e qualquer tipo de discriminação através do seu trabalho. Sabemos que muitos não cumprem esse papel; então, o professor nem sempre é essa figura ou faz uso desse poder. Ele poderia ser a arma mais eficaz para que isso acontecesse, ele seria a quebra de estereótipos, porém antes de qualquer coisa ele deve estar convicto de suas crenças e aceitar que ali ele deve ser imparcial e não poderá emitir suas opiniões pessoais, mas sim ser democrático e justo perante a igualdade e a liberdade de cada um.

Mesmo com a grande transformação dos costumes e valores que vêm ocorrendo nas últimas décadas, ainda persistem muitas discriminações, por vezes encobertas, relacionadas ao gênero. Como exemplo comum, pode-se lembrar a repressão das expressões de sensibilidade, intuição e meiguice nos meninos ou de objetividade e agressividade nas meninas. As diferenças não precisam ficar aprisionadas em padrões preestabelecidos, mas podem e devem ser vividas a partir da singularidade de cada um. (Idem, p.322)

O documento fornece algumas ideias que devem e precisam ser analisadas e melhoradas para que sejam verdadeiramente eficazes a cada área em específico, eis algumas sugestões:

Em Língua Portuguesa, nos textos literários, podem-se perceber as perspectivas de gênero por meio da análise das personagens e descrição de suas características. Seria interessante também discutir as próprias regras do idioma, quando estabelecem, por exemplo, que o plural no masculino inclui as mulheres, mas o plural no feminino exclui os homens.

Língua Estrangeira pode explorar as diferentes conotações atribuídas ao masculino e ao feminino em vários países e diferentes culturas, ao trabalhar na literatura a leitura e a tradução de textos.

Em Arte seria interessante trabalhar as discriminações. Os atributos relacionados à sensibilidade artística costumam ser associados ao feminino. No caso de dança (balé especialmente) a discriminação dos meninos que se interessam por sua prática é muito evidente e merece ser debatida. Pode-se abordar, também, a conotação pejorativa que as mulheres tiveram até muito recentemente, quando assumiam uma carreira artística. Eram vistas como autênticas prostitutas, sendo rejeitadas por suas famílias, enfrentando uma discriminação muito maior do que a impingida aos homens. Como homens e mulheres expressam na arte suas diferenças e semelhanças é outra sugestão que a área pode investigar. (Idem, p.323)

Por fim voltamos a ressaltar que é através da escola e das posturas de educadores e equipes diretivas que conseguiremos formar novos cidadãos e seres humanos mais tolerantes, que aceitem que cada um pode viver a sua maneira contando que não prejudique a ninguém.

A proposição, por parte do professor, de momentos de convivência e de trabalho com alunos de ambos os sexos pode propiciar observação, descobertas e tolerância das diferenças. Essa convivência, mesmo quando vivida de forma conflituosa, é também facilitadora dessas relações, pois oferece oportunidades concretas para os questionamentos dos estereótipos associados ao gênero. (Idem, p.324)

4 METODOLOGIA

Utilizamos o método da observação durante a pesquisa realizada na escola, tivemos contato direto em um período de aula debatendo o tema com os alunos e mais tarde buscamos nos Direitos Humanos, nos PCNs, no ECA e em outras fontes que serão citadas no final deste trabalho na seção de bibliografia as bases de sustentação para o estudo proposto.

5 A VISÃO DOS ALUNOS SOBRE A HOMOSSEXUALIDADE

Em uma turma de 7º ano (6ª série), onde há o predomínio de meninos, buscamos conversar inicialmente com os alunos sobre o tema da sexualidade e logo de cara os estudantes nos informaram que a formação sexual não é um assunto tratável na escola em questão, E.M.E.F Dr. João Severiano. A conversa aconteceu durante o último período de aula, nesse dia não sabíamos que os alunos seriam dispensados mais cedo que o normal por causa de uma formação de professores de última hora, mas quando

eles souberam que o tema era sexualidade, muitos se prontificaram a ficar para saber sobre o assunto.

Optamos em passar um curta-metragem para eles que focasse o tema da descoberta da sexualidade e, por conseguinte a homossexualidade e também algum outro tipo de preconceito. O curta assistido por eles tem o título “Eu não quero voltar sozinho” e é dirigido pelo cineasta paulistano Daniel Ribeiro, desde 2010, o filme vem sendo exibido e fartamente premiado em mostras de cinema no Brasil e no exterior. O curta conta a história de Léo, um menino de 15 anos, cego, que se apaixona por um colega de classe.

No decorrer da conversa os alunos se empolgaram e começaram a questionar e fazer a exposição de casos conhecidos como gravidez na adolescência, prostituição, primeira relação sexual, mas quando falamos em homossexualidade o clima ficou pesado e houve um misto de emoções e reações entre eles.

Vemos que entre as meninas o tema é mais aceitável, até pelo fato delas relatarem que possuem colegas gays e que não acham que isso deva influenciar em nada em suas vidas, porém a maioria dos meninos usou adjetivos pejorativos e falaram palavrões em relação a homossexuais e a homossexualidade. “Esses putos devem tudo morrer”, disse um garoto. O outro disse: “Não quero saber desses “viados” perto de mim, eu quebro eles na porrada”. São frases clichês quando se fala em homofobia, mas no caso deles pode ser encarado como um caso de desinformação. Na região de Bagé, a cultura gaúcha é muito tradicionalista e aqui ainda se vende a imagem do “homem-macho”. Outro fator também que deve ser levado em conta é que a escola fica em uma zona de periferia e que além dos alunos da zona urbana, ela também recebe alunos da zona rural, onde a cultura gaudéria é ainda mais forte.

Por essas reações tão adversas podemos concluir que de fato o tema é pouco explorado e que merece uma atenção maior já que os próprios professores da instituição nos contaram que há casos de meninos e meninas com tendências homossexuais e que por falta de ajuda e de conhecimento, acabam por muitas vezes tendo um baixo rendimento escolar e até mesmo abandonam a escola por não agüentarem a discriminação e a homofobia.

6 A LITERATURA COMO MEIO DE ABORDAGEM

Depois da família, a escola é, em nossa sociedade, a instituição responsável pelas relações de sociabilidade e pela construção de identidades e subjetividades. (Burlamaque, Rufato, 2010, p.213)

Como nosso objetivo como bolsistas do PIBID é a formação do leitor literário, decidimos juntar o útil ao necessário. Por que não juntar nossa missão de incentivo a leitura a outro objetivo que é o de conscientização de que a homossexualidade pode ser algo natural aos olhos de quem vê e que não muda o caráter da pessoa?

Vimos que tanto os Direitos Humanos, quanto o ECA e os PCNs, garantem que o indivíduo deve ter seu direito de liberdade e principalmente a liberdade de expressão, ser o quer, como quer e do jeito que quiser. Vemos a literatura como uma maneira de abordagem sutil que pode surtir efeito e mudar esse quadro discriminatório dentro da escola. Um livro que evidencia isso é *O MENINO QUE BRINCAVA DE SER, DE GEORGINA DA COSTA MARTINS*.

Dudu, de 6 anos, tem por hábito brincar de ser: incorpora personagens das histórias que acontece, como, por exemplo, a bruxa. Mas um menino não pode brincar de ser uma personagem feminina, nascendo dessa restrição o conflito familiar como o estopim da narrativa.

Discutir a sexualidade sem abordar diretamente a questão da sexualidade: essa é a estratégia da autora para trazer a tona um tema que poderia ser controverso demais para certos ambientes escolares. E, de fato a sexualidade não se torna um tema, porque o protagonista ainda está em uma fase preliminar, formativa, em que a *brincadeira* pode sugerir tendências futuras, mas pode também não significar nada. (Dória, Antonio Sampaio, 2008)

Outras obras que pode ser lidas e debatidas, porém como caráter mais incisivo é *À procura do encontro* de Cristine Baptista, e *Por que não consigo gostar dela?* De Anna Cláudia Ramos. Ambas as obras são analisadas no artigo do livro *Heróis contra a parede*, que é um estudo de literatura infantil e juvenil da editora Cultura Acadêmica.

A literatura pode tratar de temas da realidade do leitor de forma metafórica, permitindo que ele se identifique com as questões ali retratadas e as vivencie de forma ficcional. Ele torna-se o outro do texto, sem deixar de ser o que é na realidade. Logo, o próprio professor pode lançar mão de textos como os já citados, abordando as questões de maneira geral, mas não menos profunda. A ficção permite vivenciar experiências de rejeição, de preconceito e de superação, estabelecendo um paralelo com o que os jovens encontram na realidade. É nesse mundo paralelo que muitas vezes eles encontrarão refúgio e respostas que não são encontradas no mundo em que vivem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao fim desse estudo podemos concluir que o tema da homossexualidade no contexto escolar é algo muito delicado a ser tratado e que precisa de tempo e boa vontade por parte dos profissionais para que ele possa se desenvolver melhor. A leitura é uma das várias formas de abordagem para tal tema. Essa abordagem através da literatura não se restringe apenas nas obras aqui mencionadas apesar de serem poucas no universo da literatura infantil e juvenil, podem ser encontradas outras obras e outras formas de serem utilizadas.

REFERÊNCIAS

DÓRIA, Antônio Sampaio. O preconceito em foco: Análise de obras literárias infanto-juvenis Reflexões sobre História e Cultura, 1ª edição. Paulinas, 2008.

BURLAMAQUI, Fabiane Verardi; RUFATTO, Diogo da Costa. Disponível em Heróis contra a parede, organizado por: AGUIAR, Vera Teixeira; CECCANTINI, João Luís; MARTHA, Alice Áurea Penteado. Cultura Acadêmica, 2010.

Declaração Universal dos Direitos Humanos, 1948. Disponível em www.culturabrasil.org/download.htm.

Estatuto da Criança e do Adolescente, 1990. Disponível em <http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Table/Direitos-Humanos-no-Brasil/>.

Parâmetros Curriculares Nacionais, . Disponível em http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12657:parâmetros-curriculares-nacionais-5o-a-8o-series&catid=195:seb-educacao-basica.

Curta-metragem “Eu não quero voltar sozinho”, Direção de Daniel Ribeiro. Disponível em <http://www.youtube.com/watch?v=1Wav5KjBHbI>

http://pt.wikipedia.org/wiki/Estatuto_da_Crian%C3%A7a_e_do_Adolescente

http://pt.wikipedia.org/wiki/Direitos_humanos

<http://www.youtube.com/watch?v=1Wav5KjBHbI>